

# CORREDOR EXTERNO - DOCUMENTO COMPLETO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA \_\_\_\_ REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE \_\_\_\_\_

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

RECLAMANTE: \_\_\_\_\_

RECLAMADA: \_\_\_\_\_

**ASSUNTO: CORREDOR EXTERNO**

## I - DOS FATOS

O Reclamante foi contratado para exercer funções externas, especificamente no corredor externo da empresa Reclamada, local este que apresenta condições peculiares, tais como exposição contínua às intempéries, riscos ambientais e ausência de infraestrutura adequada para segurança e conforto do trabalhador.

Durante todo o período contratual, o Reclamante desempenhou suas atividades laborais no corredor externo, estando sujeito a jornadas extenuantes, exposição ao sol, chuva e demais agentes climáticos, além da falta de locais apropriados para descanso e alimentação.

## II - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E IRREGULARIDADES

O corredor externo não dispõe de proteção adequada contra agentes atmosféricos, caracterizando ambiente insalubre e perigoso, conforme previsto nos artigos 189 e 190 da CLT e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

O Reclamante não recebeu os adicionais de insalubridade ou periculosidade correspondentes, tampouco foram fornecidos equipamentos de proteção individual (EPIs) em conformidade com a legislação vigente.

Houve ainda extrapolação da jornada legal, sem o devido pagamento de horas extras, adicional noturno ou intervalos mínimos previstos no artigo 71 da CLT.

## III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal assegura a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Os artigos 189 e 190 da CLT disciplinam as condições de insalubridade e periculosidade, garantindo adicionais aos trabalhadores expostos a tais riscos.

As Normas Regulamentadoras NR-6 (EPIs), NR-15 (atividades e operações insalubres) e NR-17 (ergonomia) complementam e reforçam a proteção legal ao trabalhador do corredor externo.

#### IV - DOS PEDIDOS

**Diante do exposto, requer:**

1. Reconhecimento das condições insalubres do corredor externo onde o Reclamante laborou, com pagamento do adicional de insalubridade no grau máximo, desde o início do contrato até a data do desligamento;
2. Pagamento de horas extras correspondentes à jornada excedente, acrescidas do adicional legal, com reflexos em férias, 13º salário, FGTS e demais verbas trabalhistas;
3. Fornecimento, durante todo o contrato, dos devidos EPIs, com pagamento de adicional de periculosidade caso aplicável;
4. Condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais em virtude da exposição a condições degradantes e falta de segurança;
5. Requer seja determinada a realização de perícia técnica para comprovação das condições laborais no corredor externo;
6. Pagamento dos reflexos legais de todos os valores pleiteados;
7. Aplicação da justiça gratuita, nos termos do artigo 790, §3º, da CLT;
8. Condenação em honorários advocatícios, conforme artigo 791-A da CLT.

#### V - DOS DOCUMENTOS ANEXADOS

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Contrato de trabalho;
- Comunicações internas da empresa;
- Fotografias do local de trabalho;
- Laudo pericial (se houver);
- Outros documentos que comprovem as alegações.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Local e Data

\_\_\_\_\_  
Advogado(a)

OAB/\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/corredor-externo/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.